

2 - Análise às relações no interior do Império Ultramarino Português entre os séculos XVI e XVIII

Tenho como propósito principal deste texto analisar as relações entre as partes que compunham o Império Ultramarino Português entre os séculos XVI e XVIII. Para isso, este texto abordará, ainda que brevemente, os seguintes elementos: (a) características principais da metrópole portuguesa em seus âmbitos político e econômico; (b) a chegada dos portugueses às regiões coloniais e o estabelecimento do exclusivismo comercial; (c) a implantação do controle político português no Brasil; (d) os ciclos econômicos do açúcar e da mineração no Brasil; (e) as relações entre as áreas coloniais do Império Ultramarino Português.

Tal como as outras monarquias absolutistas da Europa, Portugal tinha uma estrutura política extremamente centralizada, onde o rei concentrava ~~as~~ grandes poderes em suas mãos. No contexto do fortalecimento das monarquias absolutistas europeias, Portugal largou na frente por ter realizado precocemente sua formação monárquica. Contribuíram para isso duas classes sociais - nobreza e burguesia -, apesar que, apesar de suas formações distintas, viam na centralização política a possibilidade de se fortalecerem politicamente e economicamente.

No que se refere às questões de ordem econômica, pode-se caracterizar a monarquia portuguesa como sendo mercantilista, isto é, colocando em prática uma série de preceitos econômicos comuns às monarquias absolutistas europeias durante a Idade Moderna. Tais preceitos e práticas econômicas tinham como base a ideia de que o Estado, representado pelo monarca, tinha o direito de controlar a economia. Neste sentido, era usual na época que o rei concedesse benefícios, criasse monopólios comerciais e utilizasse os recursos do Estado de maneira que melhor lhe agradasse. Ao mesmo tempo, este Estado mercantilista português, tal como seus pares, buscava através de suas ações almejar evitar que a balança comercial do reino estivesse em uma situação desfavorável, ou seja, o Estado criava barreiras

comerciais para impedir que as importações superassem os valores das exportações, evitando assim a fuga e a saída de capitais do reino.

Outras duas características fundamentais que marcavam o mercantilismo estavam diretamente relacionadas à expansão marítima portuguesa iniciada ainda no século XV. Refiro-me à incessante busca por metais preciosos, principalmente pelo ouro e pelo prata, e ao colonialismo. O metalismo que marcou o mercantilismo foi fundamental para que os portugueses se lançasssem ao mar e estabelecessem, não sem o uso da força e eventualmente com o apoio de populações locais, relações de exclusividade comercial com suas colônias.

Apesar de, em um momento inicial, o Brasil não desempenhar papel fundamental no Império Ultramarino Português, foi este o principal jáz de coroa portuguesa a partir da meados do século XVI. Seria no território colonial brasileiro que a metrópole encontraria sua principal fonte de sustento, inicialmente a partir da produção de açúcar nas engenhos do Nordeste e, em um segundo momento, com a mineração nos estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso do Sul.

Uma vez deslocado o interesse dos portugueses ao Brasil, já que os negócios nos Índias não iam tão bem devido à concorrência com outros países europeus, a metrópole portuguesa tratou logo de implementar uma estrutura política que garantisse a posse do território e evitasse invasões. Uma primeira atitude foi a instalação do Governo Geral, que logo se mostrou ineficiente. Em seguida, a metrópole decidiu pela instalação de capitâncias hereditárias, onde cada capitão donatário desempenharia o poder em seus domínios e ficaria responsável por desenvolver economicamente a região que lhe cabia.

Apesar de somente as capitâncias de Pernambuco e São Vicente prosperarem, foi neste período em que se iniciou de fato a instalação da primeira fonte real de lucros aos cofres do Império Ultramarino Português, ou seja, foi neste período em que a economia açucareira começou a pro-

gredir no Brasil. A plantação do cana-de-açúcar ocorreu majoritariamente nos engenhos localizados no Nordeste, onde latifúndios monoculturais foram mais comuns.

Se em um primeiro momento a mão-de-obra utilizada nos engenhos produtores de cana-de-açúcar foi baseada na escravidão indígena, logo em seguida ganhou força a escravidão africana. Vale ressaltar que, além de se tornar uma empresa bastante lucrativa, o tráfico negreiro pelo Atlântico integrava boa parte das colônias do Império Português em um único mercado. Neste sentido, é possível notar que a ideia de que o pacto colonial estabeleceu na prática um exclusivismo comercial entre metrópole e colônias não é totalmente verdadeira, já que um intenso comércio entre Brasil e Angola, por exemplo, foi estabelecido.

No final do século XVII, o açúcar produzido no Brasil passou a sofrer com a concorrência do açúcar produzido nas Antilhas, o que fez a metrópole portuguesa redirecionar seus interesses para outras atividades. A atividade bandeirante ~~não tardou~~ a se expandir encontrando na Sudeste uma região rica em ouro, o que fez com que uma nova fonte de renda para os portugueses surgisse.

A instalação da empresa mineradora no Brasil não podia abrir mão da participação de particulares. Sendo assim, quando se descobriu os minérios de ouro, Portugal logo estabeleceu formas de exploração para lucrar com a exportação mineral. Seja através da exploração de suas dotas, da leito de dotas, da cobrança de impostos sobre a mineração (tais como o quinto, a capitulação), a metrópole portuguesa foi capaz de controlar a economia colonial brasileira e integrá-la cada vez mais ao ~~ao~~ ~~as~~ demais zonas coloniais do Império Ultramarino Português.